



SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO: NA “TRINCHEIRA” CONTRA O AVANÇO DO FASCISMO

Brazilian Social Service: in the "trench" against the advance of fascism

Aline Fardin Pandolfi*

 <https://orcid.org/0000-0002-3827-1792>

RESUMO

Neste texto brindamos os 30 anos do Código de Ética profissional a partir de uma análise sobre a importância do projeto ético-político do Serviço Social brasileiro frente à ascensão da extrema-direita fascista. A partir de revisão bibliográfica acerca dos fundamentos do Serviço Social, demonstramos a relação entre a questão social e suas expressões em tempos de crise estrutural do capital e o fenômeno político de ascensão da extrema-direita fascista. Dentre as principais conclusões, reafirmamos a relevância e atualidade do projeto profissional hegemônico do Serviço Social brasileiro, ao avançar com os estudos relativos à questão étnico-racial e as relações de gênero/ sexo, a partir de uma perspectiva anticapitalista e radicalmente oposta às forças da extrema-direita. A partir de níveis de abstração mais elevados, destacamos elementos histórico-concretos da conjuntura atual para pensar a profissão.

PALAVRAS-CHAVE

Fascismo; Serviço Social; Projeto ético-político.

ABSTRACT

In this text, we toast the 30th anniversary of the professional Ethics Code based on an analysis about the importance of the Brazilian Social Work ethical-political project in the face of the extreme right fascist rise. From the bibliographical review about foundations of Social Work, we will demonstrate the relationship between the social issue and its expressions in times of structural capital crisis and the political phenomenon extreme right fascist rise. Among the main conclusions, we reaffirm the relevance and timeliness of the hegemonic professional project of Brazilian Social Work, by advancing with studies related to the ethnic-racial issue and gender/sex relations, based on an anti-capitalist perspective and radically opposed to extreme right-wing forces. From higher levels of abstraction, we will highlight historical-concrete elements of the current situation to reflect on the profession.

*Assistente Social. Doutora em Política Social Universidade Federal do Espírito Santo (UFES, Vitória, Brasil). Docente no Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES, Vitória, Brasil). E-mail: ali_pandolfi@yahoo.com.br

DOI 10.22422/temporalis.2023v23n46p154-172



© A(s) Autora(s)/O(s) Autor(es). 2023 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material para qualquer fim, mesmo que comercial. O licenciante não pode revogar estes direitos desde que você respeite os termos da licença.

KEY-WORDS

Fascism; Social Service; Ethical-political project.

Introdução

O Código de Ética do Serviço Social brasileiro completou 30 anos de sua aprovação e um percurso que temos muito a comemorar enquanto categoria profissional. O projeto ético-político do Serviço Social brasileiro fundamentado na crítica às contradições das relações sociais capitalistas, se acopla a um projeto societário anticapitalista, na direção da plena *emancipação humana*. Ademais das diferenças entre as forças políticas no campo da esquerda (que também atravessam a nossa profissão), uma unidade nítida em torno do projeto ético-político do Serviço Social é justamente a ruptura com o modo de produção capitalista e, na perspectiva do próprio Código de Ética profissional, a defesa “[...] *por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero*” (CFESS, 1993, grifo nosso).

A análise a partir dos fundamentos da profissão, mediante a apropriação do marxismo¹ pelo Serviço Social, subsidiou a compreensão da questão social a partir da lei geral da acumulação capitalista e de como sua reprodução é parte da totalidade das relações de produção dessa sociedade e, conseqüentemente, a necessidade pela superação da questão social e suas expressões é inconcebível sem a superação do capitalismo (Iamamoto, 2001; Netto, 2001).

A partir desta análise, está posta a base teórico-metodológica para a apreensão de um projeto profissional anticapitalista. Portanto, o posicionamento ético-político profissional hegemônico e explicitado em nosso Código Ética (embora distante se ser homogêneo) deve ser compreendido em unidade com as demais dimensões do trabalho profissional, a técnico-operativa e a teórico-metodológica. É a partir da apropriação teórico-metodológica marxista que a postura ético-política profissional das assistentes sociais ganha contornos de *classe para si*², de modo a objetificarem em seu processo de trabalho – através do uso dos vários instrumentos e técnicas de trabalho como relatórios, entrevistas, estudos de caso, estudo social e outros — uma visão de mundo da classe trabalhadora (Lowy, 2007).

O Serviço Social brasileiro se insere na realidade particular do capitalismo dependente latino-americano (Marini, 2017). A condição particular do Brasil no capitalismo mundial é marcada por uma relação de dependência característica da região desde o período colonial que, após quase 400 anos de escravização da população negra, forjou uma classe trabalhadora heterogênea, com desigual acesso aos direitos e quanto ao reconhecimento da condição de cidadão/ cidadã no país (Moura, 2021; Souza, 2022; Gonçalves, 2018). Um país que tem a pobreza absoluta como característica histórica e onde a pobreza relativa

¹Uma apropriação cheia de idas e vindas, com incorporações inadequadas e imprecisas, que não compreendiam o Serviço Social como profissão e como parte da classe trabalhadora.

² Conforme previu Marx em Miséria da Filosofia. *Classe para si* (organizada politicamente e consciente de sua condição de classe nessa sociedade, distinta que *classe em si*).

se aprofunda, dando notoriedade à lei geral da acumulação capitalista, de modo que o investimento prioritário em capital constante — para além da maquinaria da grande indústria, destacam-se nos tempos recentes o imperialismo, a esfera financeira, as novas tecnologias que alteram o comando do capital sobre o trabalho — expulsa cada vez mais trabalhadores da esfera da produção e os colocam na condição de supérfluos para o capital (Marx, ([1867], 2017a). Este processo deve ser entendido por uma perspectiva de classe, não apartada das relações de gênero/ sexo e raça-etnia, pois embora a exploração do trabalho e a produção e apropriação do excedente na forma da mais-valia seja uma dinâmica inerente à lógica do capital, a dinâmica do mercado de trabalho capitalista à brasileira, direcionado por uma política de Estado, incorporou o racismo, o sexismo, a misoginia e a transfobia. Desse modo, direcionou prioritariamente uma parcela determinada da classe trabalhadora para as fileiras inexauríveis da superpopulação relativa, ou ainda para o lumpemproletariado.

O Código de Ética, que completou 30 anos neste 2023, evidencia a amplitude da posição política do Serviço Social contra o racismo, a homofobia/ transfobia, o machismo e todas as formas de opressão e exploração, conforme previsto no parágrafo 6º dos princípios fundamentais (CFESS, 1993). Contudo, a madura posição política explicitada no Código há 30 anos não eliminou a necessidade pela compreensão teórica (a partir do materialismo histórico-dialético) acerca da relação entre racismo, machismo, heteronormatividade nas relações de gênero e sexo e forma particular do processo de exploração da classe trabalhadora brasileira e de dominação da elite nacional à serviço do capital internacional.

Compreender as relações étnico-raciais e de gênero/ sexo numa perspectiva de classe demonstra o compromisso teórico-política da categoria profissional em nosso tempo histórico. Este movimento é necessário para aprofundarmos, dentre os núcleos de fundamentação da área que conformam nossas Diretrizes Curriculares (1996), a particularidade da formação sócio-histórica da sociedade brasileira a partir do materialismo histórico-dialético (Abreu, 2020). Assim, a posição antirracista, a oposição a toda forma de transfobia e violência nas relações de gênero, apontadas como posição ético-política em nosso Código desde 1993, ganha profundidade teórico-metodológica a partir das análises que vinculam classe, gênero e raça, como uma tríade necessária à luta anticapitalista.

Diante de um contexto de ascensão das forças conservadoras e da extrema-direita no Brasil e no mundo, com exacerbação do racismo, da transfobia e da misoginia, analisaremos a importância do projeto ético-político do Serviço Social nestes 30 anos do Código de Ética profissional, demonstrando a relevância da vinculação deste projeto profissional com o projeto de uma sociedade livre, anticapitalista, no tempo presente. Para isso, a metodologia utilizada foi a revisão bibliográfica e a consulta a dados que expressem as diversas desigualdades na América Latina e no Brasil.

O artigo está estruturado em mais três seções, além desta introdução e da conclusão, organizado da seguinte forma:

1. Primeiro, apontaremos a fundamentação da questão social e suas expressões, considerando a conjuntura de crise estrutural do capital e ascensão da extrema-direita fascista;
2. Em seguida, apontaremos elementos que particularizam a região Latino-americana e caribenha, com destaque para o Brasil na relação com o capitalismo internacional; com ênfase na condição de dependência econômica, nas tensões da esfera política, considerando a relação entre conservadorismo, racismo, misoginia e fascismo. Do mesmo modo, situamos este último não como elemento novo, mas com forma específica neste momento histórico.
3. A partir destes elementos, considerados como bases analíticas da profissão, portanto, fundamentos do Serviço Social, na terceira seção localizaremos o projeto ético-político do Serviço Social brasileiro; demonstraremos sua relevância após estes 30 anos de aprovação de nosso Código de Ética profissional, como importante “trincheira” diante das disputas que se abrem nessa quadra histórica.

A partir da análise sobre a crise estrutural do capital, o aprofundamento do conjunto das desigualdades no capitalismo, portanto, da questão social e sua particularidade Latino-americana e caribenha, principalmente no Brasil, demonstraremos a relação do aprofundamento dessa crise com o avanço do fascismo como força política. A partir disso, consideramos os projetos sociais e profissionais em disputa na atualidade, via uma compreensão e leitura do *Serviço Social na história*, nos termos de lamamoto (2022). Neste debate, dentre os projetos em disputa, analisaremos como o neoconservadorismo de afeições fascistas também se move na arena da profissão e como esta vertente ideopolítica fere os princípios do nosso Código de Ética profissional de 1993. Diante deste desafio, demonstraremos como o projeto ético-político do Serviço Social brasileiro, que hoje hegemoniza³ a direção da categoria profissional, possui sustentáculo para atravessar a conjuntura atual mantendo os avanços e conquistas políticas da nossa categoria. Esta, através de inúmeros estudos recentes tem conseguido ampliar e aprofundar o arsenal da crítica ao capitalismo mundial e latino-americano e caribenho, sobretudo ao incorporar os estudos relativos ao racismo e as relações de gênero e sexo desde uma perspectiva anticapitalista.

A questão social frente à ascensão do fascismo

A questão social, conforme é apreendida pelo Serviço Social brasileiro, se constitui do conjunto das desigualdades oriundas da forma como está organizada a reprodução capitalista (lamamoto, 2001). É através do processo de exploração do trabalho via apropriação do tempo de trabalho não pago dos trabalhadores pelos capitalistas e do aprofundamento da lei geral da acumulação capitalista, que se reproduz a questão social e suas expressões. O enriquecimento dos capitalistas ao mesmo tempo em que se fazia notório o empobrecimento da classe trabalhadora identificado por Marx ([1867], 2017a),

³ Na perspectiva de Gramsci.

é a contradição fundamental do capitalismo e além desta lei geral, também identificou outras leis tendenciais expostas, sobretudo, nos livros d' O Capital, revelando o *modus operandi* do capitalismo.

Marx explicita que o processo de produção em nossa sociedade apresenta como tendência a elevação da composição orgânica do capital (c/v), devido a ampliação do capital constante, em detrimento do capital variável. O contexto atual de uso de tecnologias, como os aplicativos utilizados na gestão do trabalho e no acesso ao consumo, complexificam, assim como reforçam, a dominância do capital sobre o trabalho. Esta tendência ocorre motivada pelo processo concorrencial, em que cada capitalista individual busca elevar sua produtividade do trabalho, o que numa perspectiva da totalidade destas relações de produção reduz a presença dos trabalhadores no espaço da produção, tornando uma parcela dessa classe supérflua para o capital (Marx, [1867], 2017a).

Este movimento reconhecidamente contraditório, pois são os trabalhadores que criam a riqueza social e produzem a mais-valia apropriada pelos detentores dos meios de produção, também possui relação com os fundamentos das crises capitalistas – que no geral, são crises de superprodução, pois se eleva a riqueza social sem o correspondente consumo da classe trabalhadora (Marx, [1894], 2017b).

Este processo revela também a tendência ao empobrecimento relativo da classe trabalhadora frente à concentração e centralização de capitais no capitalismo contemporâneo. Embora a classe trabalhadora cresça em termos absolutos, a tendência da lei geral expressa que, a classe trabalhadora se torna supérflua para o capital em termos relativos, levando ao aprofundamento do desemprego e da miséria. A superpopulação relativa flutuante, estagnada e latente revela a heterogeneidade da parcela desempregada da classe trabalhadora, a qual se soma ainda o lumpemproletariado.

Nos termos de Marx (Marx, [1867], 2017a), a parcela flutuante da classe é a que oscila com frequência entre a entrada e saída do mercado de trabalho conforme as necessidades dos diferentes ramos de contratação; a parcela latente se refere à população rural, que em virtude do processo de mecanização no campo historicamente migra destas regiões para os centros urbanos em busca de trabalho; a superpopulação relativa estagnada é a parcela da classe trabalhadora que se encontra em situação de extrema instabilidade, sem vínculos fixos, sendo caracterizados por intenso processo de exploração. O lumpemproletariado é onde se situa o segmento com mais baixo acesso a riqueza social, da superpopulação relativa, na esfera do pauperismo. Um conjunto da classe trabalhadora em condição de miséria formada por: aptos ao trabalho, órfãos e filhos de indigentes e os incapacitados para o trabalho (Marx, [1867], 2017a; Lara; Maranhão, 2019).

Em termos conjunturais, o capitalismo na atualidade se encontra em crise estrutural desde a década de 1970 (Mészáros, 2011; Nakatani; Gomes, 2015). A crise estrutural do capital se refere a um quadro longo de estagnação e de não retomada da elevação dos

lucros pelo capital (Marx, [1894], 2017b). O processo de crise por superprodução ocorre devido ao descompasso entre o aumento da produção e a baixa possibilidade de consumo pela classe trabalhadora. Esta, com tendência geral ao desemprego e ao conseqüente empobrecimento relativo se soma a concentração e centralização de capitais (Marx, [1867], 2017a).

Cresce o volume de capital acumulado prioritariamente na esfera financeira. Desse modo, as formas de fetichismo se alastram por todas as arestas das relações sociais. A fetichização se encontra em patamares elevados devido a dominância do capital que rende juros — denominado por Marx de capital fetiche — ao mesmo tempo que ocorre o que Iamamoto (2007) denominou de *banalização do humano*, a invisibilização de quem produz a riqueza social, o que caracteriza a questão social e suas expressões.

O contexto de crise sanitária aprofundou os efeitos da crise estrutural do capital, os 10 homens mais ricos do mundo dobraram suas fortunas (de US\$ 700 bilhões para US\$ 1,5 trilhão), no mesmo contexto em que 99% da população perdeu renda, conforme relatório da Oxfam, *A desigualdade mata* (2022). O mesmo relatório aponta ainda que um novo bilionário surge a cada 26 horas desde o início da pandemia, sendo que os 10 homens mais ricos do mundo dobraram suas fortunas, ao mesmo tempo que mais de 160 milhões de pessoas passam a compor as fileiras do crescente lumpemproletariado. Este cenário corrobora a tendência da lei geral, aprofundando as desigualdades que constituem a questão social.

Foi neste cenário de crise do capitalismo mundial, agravada pela crise sanitária, que na esfera política e eleitoral vimos ascender as articulações da extrema-direita fascista. De maneira dominada, a perspectiva fascista (ou os denominados grupos nazis) não deixou de circular entre círculos políticos minoritários desde seu surgimento na Europa⁴. Contudo, vimos esta perspectiva ganhar novos contornos na atualidade, como uma força política que apresenta particularidades, mas tampouco pode ser considerada totalmente nova. Dessa forma, temos visto a rearticulação dos partidos da extrema-direita, defensores de uma perspectiva econômica ultraliberal e apoiadores do extremismo de direita. Esta parcela da burguesia reivindica valores conservadores e tem se mostrado disposta a aprofundar o autoritarismo, a violência, a censura e a coerção para manter o *status quo*.

De acordo com Fernandes (2019), o autoritarismo é um traço do Estado capitalista independente de suas formas de governo. Em conjunturas determinadas por crises e pelo aprofundamento das expressões da questão social, se acirram a disputa entre as classes sociais e o fascismo pode se impor como forma particular do Estado capitalista, para preservar o domínio das relações de produção (Pandolfi, 2021). No *18 Brumário*, Marx ([1851], 2011) apontou que a burguesia poderia seguir com a República ou adotar um Regime político mais rígido, desde que se mantivessem as condições da *ordem material*.

⁴ Os maiores marcos do fascismo clássico foram: o regime na Itália sob comando de Benito Mussolini entre 1919-1943; o nazismo com Adolf Hitler na Alemanha (1933-1945), que exacerbou o extremismo fascista.

Os regimes políticos se alteram sem que isso altere a relação de propriedade e de exploração entre as classes sociais.

Konder (1977) distingue a *espécie* do fascismo de seu *gênero*: a *direita*. O fascismo se caracteriza como uma *espécie* no amplo conjunto da direita, sendo uma forma específica, particular, de regime político no capitalismo. Está na origem do fascismo a ideia de mito, de um patriotismo baseado *na fé, na paixão*, conforme mencionou Mussolini, opondo ideologicamente a *nação* (Itália) contra as demais nações (após a 1ª Guerra Mundial). Esta valorização da *nação mito* é esvaziada de significado real e assume a coerção como tática principal. Quando surgiu nos vários países da Europa (principalmente Itália e Alemanha) o fascismo ganhou apoio da pequena burguesia, das classes médias e conseguiu recrutar algumas camadas do proletariado. Essa “doutrina e forma de pensamento”, como defendeu Mussolini ([1932], 2019). No texto de Mussolini sobre o fascismo, há ainda menção a dimensão espiritual e religiosa dos adeptos da doutrina. O fascismo tem uma *perspectiva moral e ética vinculada a ideia de Deus* e a valores religiosos, ou seja, se refere também a um *modo de ser*. Apesar de estarmos em outro momento da história do capitalismo, pós aprovação de tratados de direitos humanos internacionais, com direitos e políticas sociais que foram conquistadas em vários países, o fascismo (e também o nazismo) como “doutrina e forma de pensamento” ainda se aloja na sociedade e têm grupos e indivíduos como adeptos, ganhando ascensão com forma particular. A volta dessa força política reorganizada e sob forma particular na atualidade, em nossa análise se vincula ao contexto de aprofundamento da *crise estrutural do capital*, ao profundo estágio da questão social e suas expressões, com níveis incomensuráveis de oferta da força de trabalho na periferia do capitalismo — ampliando não somente o volume relativo da superpopulação, mas o contingente populacional que ocupa as fileiras do lumpemproletariado.

Os partidos de extrema-direita disputaram e ganharam a eleição em vários países do mundo. São exemplos deste movimento a gestão de Donald Trump nos EUA (Estados Unidos das Américas); o governo de Jair Bolsonaro no Brasil em 2018 e sua gestão negacionista e permeada por simbolismos fascistóides, desde copos de leite até motocicletas; em 2022, a coalisão da extrema direita na Itália com a vitória de Giorgia Meloni, líder do Partido Irmãos da Itália, entusiasta de Mussolini e defensora a ideia de uma superioridade nacional. Além destes, Lowy (2021) destaca Shinzo Abe (Japão), Orban (Hungria), Erdogan (Turquia); e os vários partidos representantes da extrema-direita, candidatos ao poder, sobretudo na Europa: o *Rassemblement National* da família Le Pen na França, o *AfD* na Alemanha, o *FPÖ* na Áustria etc.

Atentar-se para a organização da extrema direita mundial é também uma tarefa política em nosso tempo histórico. Neste primeiro item apontamos elementos que explicam a dinâmica do capitalismo e caracterizam a questão social e suas expressões a partir da lei geral, bem como a crise estrutural e seus desdobramentos, dentre eles a ascensão da força política da extrema-direita. Embora estes elementos caracterizem o capitalismo em geral, ou, se movimente numa dinâmica mundializada, também assumem particularidades histórico-concretas, conforme o tempo e espaço. É nesta perspectiva que, o próximo

subitem vamos abordar aspectos relativos à particularidade de nossa região para também compreender o Brasil e, em seguida, o Serviço Social envoltos nessa dinâmica planetária.

América Latina, a questão social no Brasil e a ação da extrema-direita

Em um nível mais concreto da análise e pensando a região da América Latina e Caribe, estes países foram marcados por um longo processo de exploração e expropriação de seus territórios e povos. O período colonial se caracterizou pela ampla retirada de riquezas da região⁵. A quase eliminação dos povos originários, a suplantação de culturas, etnias e formas de vida particulares, o processo de escravização da população de África e a apropriação do excedente do trabalho destes, marcaram a história da região durante o período colonial. Este contexto foi o gérmen da relação de dependência entre o capitalismo central e o capitalismo dependente/ periférico/ subdesenvolvido.

Nesse sentido, enquanto a Europa constituía as bases do modo de produção capitalista, avançava a exploração e expropriação das colônias via escravização. Como base deste processo,

[...] foi constituído um ideário de humanidade que descartou e inferiorizou os saqueados, expropriados e escravizados do resto do mundo; primeiro, sob o manto cristão, atrelado ao poder absolutista; depois, sob o manto científico, atrelado ao poder burguês [...].” (Souza, 2020, p. 378).

A passagem do período colonial para o capitalismo dependente na região se caracteriza pelo contínuo envio de remessas de riqueza ao exterior. Os estudos de Marini (2017) permitem compreender o movimento de transferência de mais-valia da América-Latina e Caribe para os países centrais. Isto ocorre porque os países da região são responsáveis pela reprodução de amplos contingentes da classe trabalhadora mundial. A produção de alimentos e de bens primários fundamentais à reprodução da força de trabalho mundial é realizada nesses países, os quais exportam para o restante do mundo. Na periferia do sistema capitalista, a classe trabalhadora sofre um processo de superexploração do trabalho (Marini, 2017). Aqui a média salarial está sempre abaixo das necessidades mínimas para a reprodução da vida — o acesso a uma *cesta de consumo dos trabalhadores* (entre alimentos, medicamentos, vestuário, transporte, moradia, lazer e outras necessidades), é sempre mais precário do que a média acessada por trabalhadores dos países centrais.

O racismo é estrutural e estruturante das relações sociais capitalistas e isso é notável por expressar-se na mídia, na esfera individual, institucional e ideologicamente Almeida (2019); é estrutural também porque atua como mecanismo de dominação e como suporte ideológico para a superexploração de parcela importante da classe trabalhadora mundial.

⁵ Um estudo profundo e sensível sobre este processo está na produção de Eduardo Galeano (2000): *As veias abertas da América Latina*.

Em uma dimensão particular da análise, de acordo com os estudos de Souza (2022), no Brasil a lei geral se processou num contexto de economia dependente. Nesse sentido, o nascente mercado de trabalho “livre”, tipicamente capitalista, deixou à mercê do exército industrial de reserva brasileiro grande parte da classe trabalhadora negra do país. A esta população foram negados: o reconhecimento como trabalhadores, o acesso a serviços e direitos como cidadãos, bem como sua condição de humanidade (Souza, 2022). Em oposição a isso, essa parcela da nossa classe segue resistindo bravamente desde a colonização, desde os quilombos, às quebradas, vielas e favelas, conforme bem coloca Abreu (2020).

Na passagem para o capitalismo dependente no Brasil, o capital reserva para a população negra os graus mais elevados de exploração do trabalho. No caso das mulheres, se soma a sobrecarga advinda das várias jornadas de trabalho, com horas de trabalho não pago em atividades domésticas e de cuidado. Tendo por recorte ainda a unidade entre raça e gênero, na base das atividades vinculadas as tarefas da reprodução social está o trabalho das mulheres negras. Estas são maioria quanto ao trabalho na esfera da reprodução social, o trabalho doméstico, bem como nos setores de serviços. Segundo dados da Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), do IBGE, em 2022 se identificou 5,8 milhões de pessoas ocupadas no trabalho doméstico, sendo que mais de 91,4% eram mulheres e 67,3% eram mulheres negras (DIEESE, 2023).

No contexto da pandemia por COVID-19 o Brasil teve recorde de pessoas abaixo da linha da pobreza, de acordo com o IBGE sobre o ano de 2021 (IBGE, 2022). Nesse ano, havia 62,525 milhões de brasileiros abaixo da linha da pobreza, o que significa que nesse período tivemos quase 30% da população sobrevivendo com menos de R\$16,20 reais por dia. Do total da população negra do país, 37,7% se encontravam em condição de pobreza, sendo o dobro do total de brancos na mesma condição (18,6%), dados da Síntese dos Indicadores Sociais (SIS), (IBGE, 2022). Esses dados demonstram como o racismo atravessa as relações de produção no capitalismo, de modo a evidenciar-se no conjunto das desigualdades que representam a questão social, a qual apresenta os efeitos mais nefastos de suas expressões junto a parcela negra da classe trabalhadora — a qual resiste após quase 400 anos de escravização, via o intenso processo de luta pela liberdade desde a colonização.

No País, o conservadorismo tem seus pilares no racismo, pois o ideário racista e eugenista herdado do período colonial se conserva no nascente capitalismo dependente e passa a influenciar o ambiente escolar, as várias formações profissionais, amparadas no positivismo (Souza, 2020).

Este processo fundamentou a perspectiva de um projeto de nação, de país, a partir das reflexões que indicavam não haver no Brasil uma identidade nacional. Oliveira Viana e Azevedo Amaral defendiam um regime político centralizado, capaz de conceber ao país a unidade necessária ao projeto de nação e a formação do chamado povo brasileiro, representado por “[...] homens livres, que tinham alguma posse, com características culturais e biológicas de homem civilizado, alfabetizado e de pele clara”, Rodrigues (2018,

p. 320). Nesse sentido, no país o pensamento autoritário teve a questão racial como ponto central (Rodrigues, 2018).

As teorias racistas aqui difundidas foram importadas desde o exterior. A partir das particularidades nacionais, aqui indicaram como caminho para o avanço no projeto de nação o embranquecimento da população, o que se materializou via o incentivo da imigração europeia, ao mesmo tempo que impediam a entrada de africanos e asiáticos no Brasil nos anos de 1890 (Rodríguez, 2018). Esta tendência levou ao que se denominou *democracia racial*, a qual mistificou a presença do racismo nas relações de produção capitalistas (González, 2020). Este movimento invisibiliza a própria questão social na sua complexidade, assim como invisibiliza as lutas, memória e história da parcela negra da classe trabalhadora (Gonçalvez, 2018).

O racismo, a homofobia, a misoginia e a violência contra as mulheres foram motes dos longos 20 anos de Ditadura Militar. Durante o regime rígido no Brasil, a aliança entre o fundamentalismo religioso, o conservadorismo na forma particular à brasileira e o espectro fascista ganharam ascensão e deram as bases para operar a coerção, legitimada pelos meios de comunicação e pela ampla opinião pública abraçada pela consigna *Pátria, família e liberdade*. O lema, que ganhou capilaridade recente na sociedade brasileira como *Deus, pátria e família*, apresenta seus fundamentos no movimento fascista organizado pela Ação Integralista Brasileira (AIB) ainda em 1932, sob liderança de Plínio Salgado. Neste período a AIB teve como polo político opositor a Aliança Libertadora Nacional (ALN), que foi criada em 1935 no país numa perspectiva anti-imperialista, antilatifundiária e antifascista (Konrad, 2021). Desse modo, no país há imbricação orgânica e sob forma particular entre: o conservadorismo, o racismo e o fascismo.

Do mesmo modo, quanto as relações de gênero e sexo, o machismo assume contornos particulares, assim como os movimentos feministas se diversificaram. O feminismo liberal, sem qualquer crítica a como está organizada a produção e a distribuição da riqueza socialmente produzida, mobiliza mulheres atualmente. Este tem sido amplamente difundido na esfera midiática e se apalanca na ideologia neoliberal, no consumismo e o denominado “empoderamento feminino” (Arruzza; Bhattacharya; Fraser, 2019). O feminismo se organiza como frente política de oposição ao machismo, mas não somente, é também, e sobretudo, uma oposição a lógica da feminilidade instituída na dinâmica binária das relações de gênero e sexo do capitalismo. Nessa linha, um feminismo da classe trabalhadora deve contemplar em suas fileiras as mulheres da classe trabalhadora em sua diversidade, as mulheres trans, as travestis, mulheres negras, ribeirinhas, quilombolas, mulheres indígenas, pessoas não binárias e quem se reconheça neste movimento, aliando a luta contra o machismo, a luta contra a homofobia, o antirracismo e a luta anticapitalista (Arruzza; Bhattacharya; Fraser, 2019).

A relação entre gênero e raça explicita a condição de classe de parcela considerável da classe trabalhadora brasileira. Na região da América Latina e Caribe, incluindo o Brasil, as mulheres são maioria quando analisada a condição de pobreza e desemprego, em relação aos homens. Segundo dados do dossiê *Assassinatos e violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020*, as travestis e transsexuais femininas são um dos grupos

mais expostos a mortes violentas e prematuras, com uma expectativa de vida média de 35 anos, enquanto a média da população em geral é de 74,9 anos (Benevides; Nogueira, 2021). A população negra, as mulheres trans e as travestis, as pessoas trans em geral, são a parcela da classe trabalhadora que ocupam as funções e atividades de trabalho mais precárias, isso quando sobrevivem e quando ingressam no mercado de trabalho. Esta parcela da classe trabalhadora é a primeira a sofrer as consequências em períodos de crise econômica, de aumento do contingente de desempregados e também é alvo da ação política de grupos de extrema-direita.

Resistentes às mudanças, a extrema-direita na atualidade também apresenta o traço do conservadorismo, o que se explicita em relação aos ataques que fazem às transformações nas relações afetivo-sexuais, às pautas das mulheres (como o direito ao aborto e ao próprio corpo), às discussões em torno da legalização do uso de substâncias psicoativas e outras. Dentre os motes mobilizadores principais destes regimes ou partidos está o racismo, a xenofobia e o ódio ao imigrante. A reorganização e articulação de uma extrema-direita a nível mundial também se deu após um curto período de Governos de centro-esquerda na América Latina e Caribe, constituindo sempre parte da propaganda da extrema-direita o ataque a estes governos, o ataque à estas pautas específicas e a difusão do medo quanto à ameaça comunista⁶.

Atualmente no Brasil o espectro fascista ficou evidenciado no governo de Jair Bolsonaro, considerando a: ideologia patriótica vazia em torno da ideia de mito; a ascensão do conservadorismo; a ideia de um projeto de nação para o *povo brasileiro* (envolto ao racismo); perseguição aos partidos de esquerda e a tudo que possa se vincular ao comunismo (ainda que este esteja muito distante de grande parte das organizações políticas no amplo campo da esquerda brasileira); defesa de um único modelo familiar fundamentado em valores conservadores (envolto ao machismo); repulsa à população LGBTQIA+; negação da ciência e obscurantismo como prática; no caso brasileiro, o conservadorismo vinculado a dimensão religiosa contribuiu muito para ascensão da extrema-direita ao poder. Estes elementos e outros, de natureza mais midiática, como o uso do leite em *lives* do Presidente e as *Motociatas* e desfile de tanques do exército reforçaram a conexão política e ideológica daquele Governo com o fascismo na conjuntura atual (Pandolfi, 2019). Nesse sentido, as ideias fundamentadas no fascismo, em particular o racismo, ganharam uma parte significativa não só da pequena burguesia, mas também os amplos setores da classe trabalhadora, no caso brasileiro (Lowy, 2021). Dentre estes, há amplos contingentes de trabalhadoras/es que possuem como referencial ideológico os setores do fundamentalismo religioso no país, que se acopla ao pensamento conservador.

A extrema-direita na atualidade não constitui uma força política efêmera, ao contrário, se manifesta na etapa do capitalismo atual, financeiro, monopolista, imperialista e em tempos de crise estrutural, como alternativa às necessidades de sua acumulação. Desse

⁶ Mesmo que, tendo por exceção a experiência de transição cubana, nenhum outro país da região apresenta em sua estrutura econômica e social qualquer indicativo de transformações na linha do socialismo ou comunismo.

modo, conforme temos entendido o *Serviço Social na história*, a partir dos estudos de Iamamoto (2022), esta força política ao ascender na sociedade, também atravessa a profissão. É devido a esse atravessamento que refletiremos no próximo item a atualidade e importância do nosso projeto ético-político profissional diante da ascensão da extrema-direita, identificando-o como uma “trincheira” em condições de resistir a ofensiva atual — neste “campo de batalha” que é a luta de classes.

Projeto ético-político e a “trincheira” contra a ofensiva fascista

Partindo de uma perspectiva teleológica, mediada pela crítica marxista, compreende-se que a vida humana em sociedade é guiada por intencionalidades/ interesses em níveis diferenciados de consciência: individuais, coletivos ou sociais (Marx; Engels, 2009). Os projetos societários e projetos profissionais se inserem nessa vereda de compreensão da vida social.

O projeto ético político do Serviço Social brasileiro forjou-se na negação do conservadorismo. Foi com o processo de recusa e crítica ao conservadorismo iniciado desde a segunda metade dos anos sessenta com o Movimento de Reconceituação, que o Serviço Social Latino-americano inicia um movimento de crítica a herança conservadora, que vinha reproduzindo até então. No caso, brasileiro, forjou-se as bases para a formulação do denominado projeto ético-político do Serviço Social. (Netto, 1999).

Este movimento da crítica ao conservadorismo se aprofundou de formas particulares pelos vários países da região, que também enfrentaram em períodos aproximados a ofensiva política do capital via as várias ditaduras burguesas, que se levantaram ao longo das décadas de setenta e oitenta contra a *ameaça comunista*. No Brasil, foi ao longo do período da *Ditadura civil-militar* a serviço do capital – que a profissão (assim como a sociedade em geral) avançou nas lutas pela democracia e pela necessidade de romper com aquele regime, aprofundando a crítica ao conservadorismo e as discussões em torno do significado social da profissão⁷. Foi nesse contexto que, segundo Netto (1999, p. 10), se criou “[...] o quadro necessário para romper com o quase monopólio do conservadorismo no Serviço Social [...]”, bem como as condições para a formulação do novo projeto profissional. Nesse ínterim, os projetos profissionais em disputa na sociedade também reverberam no interior da profissão, conforme o próprio movimento de disputa entre as classes sociais. É nesse movimento que a profissão passa a incorporar as demandas democráticas e populares, se aliando aos interesses da classe trabalhadora brasileira.

O projeto ético-político do Serviço Social sendo um projeto profissional, contempla este coletivo específico e diz sobre a *autoimagem dessa profissão*, sobre seu *modo de ser* (Netto, 1999). Dentre os projetos coletivos estão os projetos societários, que numa sociedade organizada por classes sociais, como a sociabilidade capitalista, são sempre projetos de classes, os quais expressam seus interesses. É no contexto de democracia política, ou nos termos de Marx (2010) de *emancipação política*, ainda que sob a ordem do

⁷ Nesse quesito, o texto *Relações sociais e Serviço Social no Brasil* publicado em 1982 foi um marco para o Serviço Social brasileiro (Iamamoto; Carvalho, 2009).

capital, que é possível confrontarem-se diferentes projetos societários — ao ponto de poderem coexistir partidos e organizações políticas que defendam projetos societários radicalmente opostos ao modo de produção capitalista. Conforme bem apontou Netto (1999), os projetos atinentes aos interesses da classe trabalhadora sempre estão em condições menos favoráveis nesta disputa.

O projeto ético-político do Serviço Social brasileiro foi forjado pelo conjunto da categoria profissional, está explicitado em nossas normativas jurídicas profissionais, mas também em toda produção teórico-intelectual e nos diversos processos de trabalho dessa categoria. É este coletivo, representado pelas entidades da categoria: conjunto CFESS/CRESS (Conselho Federal e Regionais de Serviço Social), ABEPSS e ENESSO (Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social), que materializa a organicidade e direção deste projeto profissional.

As Diretrizes curriculares da ABEPSS (1996) através da unidade dialética entre os três núcleos de fundamentação explicitam um amplo escopo de conteúdos que compõe a formação profissional na área. A formação em Serviço Social apalancada nas diretrizes e coerente com o projeto profissional, tem por perspectiva uma atuação profissional crítica e propositiva, que a partir de múltiplas mediações identifica como se manifesta a questão social nas diversas instituições e como ela afeta a classe trabalhadora em sua diversidade. Compreender o racismo como estrutural de nossas relações e à serviço da acumulação capitalista, requer reivindicá-lo como elemento transversal de nossa formação profissional, como bem apontou Abreu (2020). Do mesmo modo, a forma como as relações de gênero e sexo, a transfobia e o racismo subordinam uma parcela da classe trabalhadora as mais duras condições de vida e sobrevivência nessa sociedade (favorecendo processos que elevam a concentração e centralização de capitais) são mediações indispensáveis para adensar a compreensão da realidade concreta a partir da dialética marxista. O aprofundamento teórico-metodológico acerca da questão étnico-racial, da história a partir dos *vencidos*, como situa Souza (2020), demonstra que o projeto ético-político do Serviço Social amplia seu referencial analítico, reforçando que do ponto de vista ético-político a profissão está comprometida com os interesses da classe trabalhadora e segue realizando movimentos de sucessivas rupturas com o conservadorismo.

Nesta linha, embora tenhamos superado o projeto conservador como dominante em nossa profissão, nas entranhas da categoria no Brasil a presença do conservadorismo apresenta um lastro histórico que permanece, ainda que de maneira dominada. Nesse sentido, o corpo-profissional é uma unidade de diversos Netto (1999). Estão presentes no interior da profissão, assim como na sociedade em geral, projetos individuais, societários e profissionais que ora se aproximam numa gama de interesses comuns, hora se espriam. É desse modo que se entende que a profissão é *plural* e, o *pluralismo* é parte da vida em sociedade e da profissão. Contudo, ora estes projetos profissionais (imbuídos de projetos de sociedade) estão em campos radicalmente opostos.

Vejamos como a questão aparece em nosso Código, a “*Garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e*

compromisso com o constante aprimoramento intelectual”. Portanto, o pluralismo se vincula a correntes democráticas que divergem no interior da profissão (vinculadas a projetos sociais distintos).

Forti (2017) aponta que o *pluralismo* científico é sinônimo de abertura para o diferente, no sentido de contribuir para o progresso científico, para o enriquecimento da própria posição, compreendendo a necessidade da tolerância para o próprio progresso da ciência. Tampouco se deve relativizar a verdade, como se não houvesse verdade a ser investigada do ponto de vista científico. A partir disso, aponta ainda que o conservadorismo insistente na profissão e outros equívocos profissionais (confundidos com pluralismo) repercutem em prejuízos para a profissão, para a população atendida e para a sociedade.

Vimos na quadra histórica recente de avanço do fascismo e de articulação internacional da extrema-direita mundial se espalhar no interior do Serviço Social brasileiro adeptos a esta ideologia. Aqui, nos referimos a forma própria que se apresenta na realidade brasileira, o fascismo conformado no largo campo do conservadorismo, determinado pelo racismo e fundado nas mais tradicionais relações de gênero e sexo. É no terreno do que há de mais anacrônico quanto ao conservadorismo, que se situam no interior da profissão, adeptos dispersos e, até com algum grau de articulação e organização, desta perspectiva.

Destarte, o conservadorismo latente ascendeu com a conjuntura fascistóide e seus adeptos ganharam legitimidade para assumir posições públicas desde as redes sociais até espaços profissionais. Nesta conjuntura, faz-se necessário destacar, para quem ainda compreende estar envolto na esteira do *pluralismo*, que este não contempla posições políticas antidemocráticas, que atacam aos direitos dos trabalhadores, que coaduna com o autoritarismo, que reforçam o racismo, a transfobia e a misoginia. Tampouco o *pluralismo* pode sustentar análises que relativizam a verdade, conforme vimos na atualidade o processo de negação da ciência em todas as suas dimensões. Assim e, indubitavelmente, a perspectiva fascista, ancorada pelo bolsonarismo no Brasil no último período, não é somente radicalmente oposta ao projeto ético-político do Serviço Social brasileiro, mas não possui espaço no amplo campo do *pluralismo*. Por outro lado, o projeto profissional que reivindicamos, acompanhando todo o conjunto da direção da categoria, sua dimensão normativa e todo o arcabouço teórico-metodológico que hoje lhe sustenta, se situa no campo oposto a esta perspectiva, como uma “trincheira” posicionada contra o avanço do fascismo.

Nessa perspectiva, a categoria profissional organizada via suas entidades representativas (ABEPSS; CFESS/CRESS; ENESSO) tem por tarefa histórica formular mecanismos de enfrentamento político, mas também jurídico-normativos em relação a posturas profissionais atinentes a este projeto. Junto desta direção, todas as profissionais brasileiras comprometidas com nosso projeto profissional hegemônico possuem como tarefa histórico-política a defesa dos pressupostos previstos em nosso Código de Ética, que completa 30 anos!

Este movimento político tão presente na história em que se insere a profissão, envolve aos interesses da classe trabalhadora e às lutas dos movimentos sociais na América Latina e Caribe conforme sustenta Yamamoto (2022), faz-se necessário atualmente e é parte constitutiva de nosso projeto profissional, alinhado ao projeto de uma sociedade livre, emancipada dos comandos do capital.

Embora a conjuntura seja de muitos desafios, o projeto ético-político do Serviço Social brasileiro tem ratificado sua hegemonia e direção social da categoria profissional. Este projeto tem demonstrado sua necessidade histórica quanto a orientação para o trabalho profissional, a partir das inúmeras mediações necessárias em tempos de crise estrutural do capitalismo e de aprofundamento das suas contradições e das refrações na questão social. O processo de aprofundamento analítico das relações étnico-raciais e de gênero/sexo numa perspectiva de classe reforçam o compromisso teórico-político da categoria profissional em nosso tempo, angariando: condições teórico-metodológicas para uma análise desde a realidade concreta, suporte ético-político para enfrentar a avalanche fascista/ racista, bem como para orientar a dimensão técnico-operativa e o trabalho nos diversos espaços institucionais.

Ainda que no Brasil tenha havido uma derrota eleitoral ao projeto da extrema-direita bolsonarista no último ano, o aprofundamento das contradições da crise estrutural deve manter a articulação da extrema-direita mundial, sendo esta uma das respostas do capital a sua crise. Não há indícios de que essa força política deixará de se articular a curto prazo, bem ao contrário. Mas, reside no centro do aprofundamento do modo de produção capitalista a contradição que abre a possibilidade de sua superação.

Conclusões

As leis tendenciais que regem nossa sociabilidade no capitalismo seguem seu curso e estão se aprofundando a cada quadra histórica. Mantêm-se as várias formas de extração da mais-valia, a tendência a queda da taxa de lucros é respondida com guerras e crises. O capital fictício se apropria de proporções cada vez maiores da mais-valia. A lei geral se aprofunda e seus contornos particulares na região Latino-americana e Caribenha endossam o racismo, impondo à parcela negra da classe trabalhadora as mais difíceis condições de sobrevivência nesta sociedade. A ampliação da pobreza relativa e absoluta na ordem do capitalismo imperialista mundial se concentra em algumas regiões do planeta, as que tiveram histórico de colonização e mantem uma relação de dependência. Neste mesmo planeta, se aprofunda a concentração e centralização de capitais, nas mãos de um número cada vez menor e mais poderosos capitalistas. Ao mesmo tempo, se eleva em contingente exponencial a produção da riqueza, com consequências irreversíveis quanto às condições ecológicas e ambientais de vida no planeta.

Nesse sentido, a questão social deve ser apreendida em termos gerais e abstratos, assim como concretamente, a partir de particularidades regionais, nacionais e conjunturais, circunscrita no tempo e no espaço. Neste texto demonstramos como a atual crise estrutural do capital em curso desde a década 1970, tem impresso particularidades às expressões da questão social, aprofundando seus efeitos sobre a vida da classe

trabalhadora em sua diversidade, sobretudo para aqueles e aquelas que não possuem os privilégios da branquitude.

Nesse quadro, a esquerda em sua grande parte não viu a *onda marrom* e iniciou tardiamente o chamado à mobilização antifascista, desatenta ainda aos ataques racistas, xenofóbicos, misóginos e nacionalistas deste projeto (Lowy, 2021). Este projeto não é novo, embora assuma particularidades no momento atual, o fascismo clássico europeu influenciou nossa região e enquanto força política e ideológica já esteve organizado no Brasil desde os anos 1930, com os integralistas liderados por Plínio Salgado. Em condição de dependência e sob domínio dos comandos do capital imperialista mundial, enviando amplas remessas de riqueza para o exterior, no Brasil que foi colonizado, o fascismo e o amplo bojo do conservadorismo sempre estiveram aliados ao racismo e ao projeto de nação, de ordem e progresso, fincado no autoritarismo.

A partir desses elementos é que apontamos, o *Serviço Social na história* deve ser compreendido a partir do avanço dessa força política, que, embora incida sob parcela minoritária da profissão, é necessário destacar que esta não está apalancada no arcabouço do *pluralismo* previsto em nosso Código de Ética.

A direção ético-política que atravessa o Código de ética aponta para uma posição a favor da equidade, da justiça social, na perspectiva da universalização dos direitos, ampliação e consolidação da democracia, recusa a toda forma de autoritarismo, defesa intransigente dos direitos humanos. Nosso projeto profissional manifesto ao longo de todo o Código de Ética aponta para a democratização como socialização da participação política e como acesso a riqueza socialmente produzida (CFESS, 1993; Netto, 1999).

A posição antirracista, a oposição a toda forma de transfobia, misoginia, apontadas como posição ético-política em nosso Código desde 1993, tem recebido nessa conjuntura a necessária profundidade teórico-metodológica, a partir das análises que vinculam classe, gênero e raça, como uma tríade necessária à luta anticapitalista. O racismo como estrutural, que impõe condições mais precárias à parcela negra da classe trabalhadora; a carga de trabalho do cuidado e das tarefas relativas a reprodução social que atualmente impõe jornadas de trabalho múltiplas às mulheres, principalmente as mulheres negras; a luta pela liberdade e sobrevivência da população trans; são elementos da realidade que possibilitam uma apreensão das diversas dimensões da vida em sociedade — indispensáveis à uma análise rigorosa desde uma perspectiva concreta, histórica e dialética. Essa racionalidade nos permite compreender a realidade em movimento e envolta em contradições, e, é por essência revolucionária.

Nestes tempos de avanço da extrema-direita mundial, do fascismo em sua forma contemporânea e particularizado em nossa região e país, o Serviço Social brasileiro possui importante “trincheira” para se opor a este avanço, contribuindo para seu enfrentamento na profissão (ao mesmo tempo que na sociedade em geral), o projeto ético-político profissional, acoplado a um projeto de sociedade que supere as contradições do capitalismo. Enfrentar o fascismo e o aprofundamento das contradições da crise capitalista nos exigirá coragem, mas sobretudo organização e mobilização junto

daqueles e daquelas que abrirão janelas pelo caminho, mas não arredam da luta até “derrocar a porta”.

Referências

ABESPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social, com base no Currículo Mínimo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 8 de novembro de 1996**. Rio de Janeiro, nov. 1996.

ABREU, M. H. E. Diretrizes curriculares e questão racial: uma batida pulsante na formação profissional. **Katálysis**, Florianópolis, v. 23, n. 3, p. 519-527, set./dez. 2020.

ALMEIDA, S. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

ARRUZZA, C.; BHATTACHARYA, T.; FRASER, N. **Feminismo para os 99%: um manifesto**. São Paulo: Boitempo, 2019.

BENEVIDES, B. G.; NOGUEIRA, S. N. **Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020**. São Paulo: Expressão Popular; ANTRA; IBTE, 2021.

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social. **Código de Ética dos Assistentes sociais**, 1993.

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. **Trabalho doméstico**. Dados do 4º trimestre de 2022 da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD/ Contínua, IBGE). Disponível em: <https://www.dieese.org.br/infografico/2023/trabalhoDomestico2023.html>. Acesso em: dez.2023.

FERNANDES, F. **Apontamentos sobre a “Teoria do Autoritarismo”**. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

FORTI, V. L. Pluralismo, Serviço Social e projeto ético-político: um tema, muitos desafios. **Katálysis**, Florianópolis, Ensaio Temático: Ética e Política, v. 20, n. 3, set./dez. 2017.

GALEANO, E. **As veias abertas da América Latina**. Tradução de Galeno de Freitas. 39. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000. 307p. [Título original: Las venas].

GONÇALVES, R. Quando a questão racial é o nó da questão social. **Katálysis**, Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 514–522, set./dez. 2018.

GONZÁLEZ, L. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Rio Janeiro: Zahar, 2020.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Dados da Síntese dos Indicadores Sociais (SIS), 2022**. Acesso em dez.2023. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de>

[noticias/noticias/38545-pobreza-cai-para-31-6-da-populacao-em-2022-apos-alcancar-36-7-em-2021.](#)

IAMAMOTO, M. V. A questão social no capitalismo. **Temporalis**, Brasília, ABEPSS, ano 2, n. 3, p. 9–32, 2001.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2007.

IAMAMOTO, M.V. Nas trilhas coletivas da resistência, Serviço Social e lutas sociais na América Latina. **Temporalis**, Brasília, Ano 22, n. 44, p. 18–42, jul./dez. 2022.

IAMAMOTO, M. V; CARVALHO, R. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2009.

KONDER, L. **Introdução ao fascismo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Grall, 1977.

KONRAD, D. A. Fascismo Brasileiro: do Integralismo ao Bolsonarismo. **Revista História e Luta de classes**, V. 16, n. 31, mar. 2021.

LARA, R.; MARANHÃO, C. Fundamentos do trabalho, questão social e serviço social. In: SOUZA, E. A.; SILVA, M.L. (org.). **Trabalho Questão social e serviço social**: a autofagia do capital. p. 37-60. São Paulo: Cortez, 2019.

LOWY, M. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen**: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

LOWY, M. O avanço do fascismo no mundo e no Brasil. **Outras palavras**, a terra é redonda, 2021. Disponível em: <https://outraspalavras.net/outrasmidias/lowy-o-avanco-do-fascismo-no-mundo-e-no-brasil/>. Acesso em: 11 ago. 2023.

MARINI, R. M. **Dialética da Dependência**. Germinal: Marxismo e Educação em Debate, Salvador, v. 9, n. 3, p. 325–356, dez. 2017.

MARX, K. **Miséria da Filosofia, resposta à Filosofia da miséria, do Sr. Proudhon**. São Paulo: Expressão Popular, 2009

MARX, K. **O Capital**. Livro I. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2017a.

MARX, K. **O Capital**. Livro III, o processo global da produção capitalista. São Paulo: Boitempo, 2017b.

MARX, K. **Sobre a questão judaica**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, K. **Os 18 de brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2009.

- MÉSZÁROS, S. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MOURA, C. **O negro: de bom escravo a mau cidadão**. 2. ed. São Paulo: Dandara Editora, 2021.
- MUSSOLINI, B. **A doutrina do fascismo**. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 2019.
- NAKATANI, P.; GOMES, H. A natureza e as contradições da crise capitalista. In: GOMES, H. (org.). **Especulação e lucros fictícios: formas parasitárias de acumulação contemporânea**. São Paulo: Outras Expressões, 2015. 300 p.
- NETTO, J. P. Cinco notas a propósito da questão social. **Temporalis**, Brasília, ABEPSS, ano 2, n 3, p. 41–50, 2001.
- NETTO, J. P. **A construção do projeto ético-político do Serviço Social**. Capacitação em Serviço Social e Política Social: Módulo 1. Brasília, CFESS/ABEPSS/CEAD/UnB, 1999.
- OXFAM Brasil. **A desigualdade mata: a incomparável ação necessária para combater a desigualdade sem precedentes decorrente da COVID-19**. Relatório, jan. 2022. Disponível em: <https://materiais.oxfam.org.br/relatorio-a-desigualdade-mata>. Acesso em: 10.fev.2023.
- PANDOLFI, A. F. Luta de classes e crise da democracia. **Argumentum**, Vitória, v. 12, n. 3, p. 46–53, 2021.
- RODRIGUES, F. S. Intelectuais e militares brasileiros: a construção do Estado Autoritário e do Pensamento nacionalista (1930-1945). In: BARBOSA, J.R. et al. (org.). **Militares e política no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.
- SOUZA, C. L. S. Racismo e superexploração: apontamentos sobre a história do trabalho e da classe trabalhadora no Brasil. **Germinal: marxismo e educação em debate**, Salvador, v. 14, n. 2, p. 33–55, ago. 2022.
- SOUZA, C. L. S. Racismo, conservadorismo e Serviço Social. **Revista Libertas**, Juiz de Fora, v. 20, n. 2, p. 373–391, jul./dez. 2020.

Submetido em: 12/09/2023

Aceito em: 06/11/2023